

# O tratamento da informação na sentença judicial

## O caso das crianças maltratadas

Elisabeth S. Sousa\*

**Resumo:** Este trabalho aborda a determinação social do tratamento de informação e do processo de decisão referentes a sentenças jurídicas. Analisa, ainda, as diferenças entre especialistas e leigos em termos de complexidade e extremismos das apreciações. Os resultados evidenciam perspectivas convergentes entre ambos no que se refere a decisões. Tal não sucedeu no caso de estratégias de tratamento de informação. Por outro lado, um dos estudos mostrou que os indivíduos, embora possam recordar a informação de forma correcta, não a utilizam. Estas constatações foram abordadas à luz de recentes desenvolvimentos em cognição social e sua importância na manutenção do status quo.

A relação entre conhecimento e tomada de decisão é complexa. A vida quotidiana é marcada por excessivas e contínuas adaptações e pela assimilação de nova informação. No entanto, os indivíduos não conseguem processar toda a informação, dada a limitação dos recursos cognitivos. Para tomarem decisões apoiam-se, preferencialmente, em antigas experiências, pessoais ou não, e no conhecimento. Estes configuram a assimilação de nova informação melhorando o desempenho (Dawson, Zeitz e Wright, 1989; Fiske, Kinder e Larter, 1983). Neste contexto, os especialistas são privilegiados. Possuem maior volume de informação, representações complexas, logo, melhores performances. Esta questão, contudo, pode não ser evidente. Um melhor enquadramento de conhecimentos prévios nas novas situações pode promover tendências confirmatórias (cf. Higgins e Bargh, 1987). Nesta linha, vários investigadores ilustraram o facto de a informação inconsistente poder ser negligenciada (ex., Petkova, Bakalov e Hadjiivanov, 1990). Por último, a sociedade enquadra a aprendizagem e experiência através de uma estrutura de valores aceite e partilhada. De facto, poder-se-ia dizer que o conhecimento é determinado por padrões sociais, políticos e religiosos (Eskola, 1989; Harré, 1988). Um bom exemplo poderá ser encontrado no estudo da variável "género" (Sousa, 1988). Apesar de diferença nos pontos de vista teóricos e metodológicos, o trabalho

---

\* Docente do ISPA, Lisboa.

A autora agradece a colaboração preciosa dos colegas Graça Carapinheiro e Pierre Guibentif.

desenvolvido neste campo ao abrigo de tradições que vão desde o desenvolvimento ético e intelectual (ex. Perry, 1968) à cognição social (ex., Borgida e DeBono, 1989), produziu interessantes debates que desafiam antigas concepções.

Este trabalho aborda a determinação social do tratamento de informação e decisão em sentenças jurídicas. Centra-se nas diferenças entre especialistas e leigos em termos da complexidade e extremismos das apreciações .

## **Complexidade cognitiva e processo de tomada de decisão**

Segundo King, Kitchener, Davidson, Parker e Wood (1983), Perry (1968), Pittir-la-Backman (1987, 1988, 1989), as representações epistémicas desenvolvem-se desde processos de decisão mais simples a mais complexos. Os leigos estão seguros quanto aos seus conhecimentos. Num estádio mais elevado de desenvolvimento epistemológico, com tempo e maior volume de informação, os indivíduos diminuem o seu grau de segurança mas prontificam-se a rectificar as suas decisões. Mais, com o tempo, tornam-se menos dependentes de autoridades em determinado campo de especialização e diversificam as suas concepções de conhecimento. Tornam-se mais críticos e sintéticos. O seu conhecimento torna-se mais coerente e estruturado (Chi e Koeske, 1983; King, Kitchener e Wood, 1985). Vários investigadores (ex., Axelrod, 1967-1968; Bishop, Hamilton e McConahay, 1980; Converse, 1964; Judd e Milbourne, 1980; Nie e Anderson, 1974; Lusk e Judd, 1988), ilustrando aquela ideia, referiram a existência de cognições internas mais consistentes nos especialistas por comparação com os leigos. Mais, a performance especializada parece ser influenciada pelo conhecimento estruturado em termos do nível de conceitos e das ligações entre estes (McPherson e Thomas, 1989); as suas elaborações acerca do conhecimento são ricas quer em profundidade quer em qualidade organizacional (Leinhardt, 1989; Linville, 1985).

Os especialistas possuem uma capacidade superior de recordação de estímulos relevantes com o domínio (ex., Adelson, 1981; Chase e Simon, 1973; Engle e Bukstel, 1978), uma velocidade de decisão superior (Horgan, Millis e Neimeyer, 1989; Leinhardt, 1989), representando a informação de uma forma mais abstracta do que os leigos (Chi, Feltovich e Glaser, 1981; Hinsley, Hays e Simon, 1977; Larkin, McDermott e Simon, 1980; Neves e Anderson, 1981). Os leigos baseiam-se mais na adequação da informação a expectativas prévias do que os especialistas (Borgida e DeBono, 1989; Fiske, Kinder e Larter, 1983). Estes, ao invés, são sensíveis a inconsistências na informação (Dawson, Zeitz e Wright, 1989). Poder-se-ia especular acerca do facto de esta diferença no foco de atenção se dever a diferentes estratégias. De facto, os especialistas parecem utilizar estratégias mais complexas e eficientes para resolver problemas e fazer deduções (ex., Borgida e DeBono, 1989; Fiske e Kinder, 1981; Fiske e outros, 1983; Johnson e outros, 1982). Abernethy, contudo, sugere que o factor limitativo na performance de leigos não constitui uma estratégia de pesquisa inadequada, antes uma inabilidade para

utilizar plenamente a informação disponível (cf. também Grube e Strube, 1989). Esta resposta, note-se, está longe de atingir consenso.

Uma maior familiaridade e conhecimento dentro de um determinado campo aumenta a complexidade representacional (Chase e Simon, 1973; Dawson, Zeitz e Wright, 1989; Johnson, Hassebrook, Duran e Muller, 1982; Linville, 1985). Nesta linha, Linville (1982a; Linville e Jones, 1980) argumentou que quanto mais simples for a representação cognitiva num determinado campo, mais radicais as suas apreciações. Uma maior radicalidade denota uma tendência para uma resposta radical, tanto numa direcção positiva como negativa.

A ideia de convergência de perspectivas, por outro lado, também tem sido ilustrada. Hillerbrand e Claiborn (1990) examinaram as capacidades de racionalização em advogados especializados e não especializados. As diferenças encontradas referem-se, não a processos cognitivos, mas a segurança. Os especializados, ao contrário dos outros, possuíam maior confiança acerca das suas capacidades (ver também Einhorn, 1972; Einhorn e Hogarth, 1978). Murphy e Wright referiram, ainda, uma considerável sobreposição das representações de uns e de outros em matéria de psicopatologia infantil. Sousa (1990) refere, por seu turno, a existência de perspectivas convergentes daqueles para explicar o enfarte do miocárdio. Patel, Groen e Arocha (1990) não encontraram diferenças na memória em função da qualificação no campo médico. Conclusões similares foram referidas no que respeita à experiência de trabalho: os estudantes não parecem diferir dos indivíduos empregados, em termos de tratamento de informação e resolução de problemas, nos campos das ciências sociais, médicos e técnicos (cf. Pittirila-Backman, 1988; Leyens, 1983; Sousa, 1992).

A experiência e o treino, em resumo, nem sempre podem ser associadas a melhorias no processo de tomada de decisão. Os indivíduos interpretam a "realidade" em função de estruturas de conhecimento prévias.

## **Especialistas, leigos e questões jurídicas**

As investigações empíricas acerca das diferenças e similaridades entre especialistas e leigos, no campo da psicologia forense, partem da ideia (operacionalizada em termos de idade e experiência) segundo a qual os primeiros são mais severos no que respeita a sentenças e medidas de pena (cf. Kritzer, 1978; Leach, 1992; Myers, 1988). Estas constatações, contrárias às evidências anteriormente descritas no texto, sugerem a seguinte hipótese: os especialistas deveriam ser mais radicais na sua elaboração de sentenças. Mais, as perspectivas de conflito e discriminação têm sugerido que as sanções criminais mais severas são aplicadas a arguidos de classe social desfavorecida e a minorias. Os estudos empíricos, contudo, não têm sido consistentes. Com efeito, a discriminação pode não ser uma decisão visível mas antes de bastidores, como sugeriram Bynum e Paternoster (1984). Neste sentido, podemos considerar diferenças em termos de tratamento de informação e de

apreciação do arguido, e não do comportamento que preside à elaboração das sentenças.

Esta questão foi analisada em dois estudos. Estes referem-se a problemas típicos que os especialistas encontram no exercício da sua actividade profissional e as medidas dependentes envolvem conhecimentos relevantes daqueles.

Os estímulos consistiram num cenário pormenorizado, no qual o arguido era acusado de maus tratos a um menor, numa situação social específica.

### **Estudo 1: Especialistas vs. leigos no campo jurídico: maus tratos de menores, tratamento de informação e processo de elaboração de sentenças**

*Sujeitos:* 16 juizes e 16 leigos em matéria jurídica. Estes foram agrupados em termos de idade.

*Procedimento:* Os juizes e os leigos foram colocados perante um processo-crime de maus tratos, fictício, envolvendo um agente do sexo feminino, tendo-lhes sido pedido para tomar uma decisão relativa à admissibilidade da prova e à acusação. Por último, teriam de se pronunciar quanto ao veredicto e à pena. A arguida era a mãe da criança. A queixa foi apresentada pelo médico que assistiu a criança no hospital. A arguida foi acusada com base na seguinte prova: traumatismo craneano escoriações e ferimentos graves que originaram o internamento hospitalar daquela. Não existiam testemunhas e não constava nenhuma condenação no registo criminal da arguida. De igual modo, o crime de que era acusada não envolvia intenção dolosa. A arguida provinha de um agregado familiar de estatuto socio-económico baixo ou de estatuto socio-económico elevado. Foi-lhes pedido para descrever a arguida, segundo uma série de traços, em escalas de cinco pontos (1= discordo em absoluto; 5= concordo em absoluto). Foram seguidamente apresentados os preceitos relevantes do Código Penal (artigos 153 e 154). Por último, os sujeitos graduaram a culpa da arguida, a intenção, a gravidade do crime, a premeditação, indicando o grau de confiança no veredicto.

O caso hipotético, baseado num caso real, foi testado num estudo anterior (cf. Sousa, Martins e Fonseca, no prelo). A fotografia da criança foi alterada de forma a impossibilitar a identificação do meio social de proveniência.

Os sujeitos foram distribuídos ao acaso pelas duas condições experimentais, respondendo individualmente. Não foi imposto qualquer limite de tempo. Analisaram o caso e responderam ao guião, de acordo com o seu próprio ritmo de tempo.

### **Resultados**

*Inferências:* As inferências referentes ao perfil psicológico da arguida foram analisadas numa análise de variância Manova, tomando como variáveis independentes o grau de peritagem (baixo/elevado) e o status da arguida (baixo/eleva-

do). Nenhuma diferença significativa emergiu. O baixo status social da arguida foi, no entanto, apreendido em termos ainda mais negativos ( $M_{bes}=1.50$  e  $M_{aes}=1.80$ ).

*Sentença e medida da pena:* O processo de elaboração de sentenças de juízes não difere do dos leigos. Por outro lado, nenhuma diferença significativa surgiu em função do estatuto social da arguida, dada a insuficiente prova legal admissível para acusação. Contudo, os sujeitos que aceitaram a prova foram, de alguma forma, mais severos em relação ao estatuto social da arguida. Tal foi expresso, não em termos do quantum ou da medida da pena de prisão, mas em termos do artigo do Código Penal escolhido para fundamentar a decisão.

*Graduação da culpa, intenção, premeditação e grau de confiança no veredicto:* A graduação da culpa, intenção, premeditação e grau de confiança no veredicto, foram analisadas numa análise de variância Manova, tomando como variáveis independentes a peritagem e o status. Apenas a peritagem se revelou significativa nos testes multivariados ( $F(1,28)=3.17, p=.02$ ). Isto deve-se fundamentalmente à variável intenção dolosa ( $F(1,28)=7.12, p=01$ ). Os peritos graduaram de forma mais extrema a intenção dolosa da conduta danosa ( $M_p=4.1$ ) do que os leigos ( $M_l=3.4$ ). Note-se, no entanto, que o processo crime indicava expressamente não haver elementos que provassem a intenção dolosa.

Não se observaram diferenças significativas para as variáveis culpa, premeditação, gravosidade e confiança no veredicto, ainda que os resultados apontem na direcção prevista: maior extremismo por parte dos peritos.

Apesar de não se encontrarem diferenças significativas em função da variável estatuto (no efeito principal e na interacção) os resultados não vão na direcção prevista. A premeditação do agente de alto estatuto socio-económico é maior que a do agente de estatuto baixo na óptica dos inquiridos ( $M_{aes}=3.5$  e  $M_{bes}=3.3$  respectivamente), o mesmo acontecendo para a culpa ( $M_{aes}=4.2$  e  $M_{bes}=3.7$ ). Curiosamente, a confiança no veredicto é maior nos peritos quando a ré é de estatuto socio-económico baixo ( $M_{bes}=3.8$  contra  $M_{aes}=3.0$ ). O padrão oposto observa-se para os leigos ( $M_{bes}=3.50$  contra  $M_{aes}=3.9$ ).

### *Discussão*

Os dados do presente estudo sugerem semelhança na tomada de decisão entre leigos e peritos: não se observaram diferenças na sentença e na medida da pena. Isto sugere que a relação entre tomada de decisão e conhecimento não é um assunto simples. Por um lado, os peritos em Direito emergem como grupo de corpo de técnicos que expressa os valores da comunidade que serve. O valor funcional é inegável. No entanto, dado que a decisão se traduz em arquivo do processo, a replicar-se noutros estudos e a generalizar-se à realidade portuguesa, este padrão de dados parece-nos preocupante para a situação do menor no nosso país. Se é verdade que lhe são reconhecidos direitos, o peso dos deveres parece-nos dominante. Mais facilmente se aceitará a fabulação da criança do que o individualismo e autocentração das figuras parentais, especialmente quando estas se encontram

em alguém semelhante ao decisor. O sentimento de injustiça e de impunidade do mais forte (a figura parental neste caso) cedo se instalará, e a tendência é a imitá-lo e reproduzi-lo (cf. Sousa, Martins e Fonseca, no prelo). Por outro lado, é surpreendente, do ponto de vista científico, o facto de que a experiência e o conhecimento (não discriminados no presente estudo) não tenham efeito determinante na decisão. Poder-se-ia especular sobre eventuais limitações no processo-crime construído. No entanto, este é fiel a um caso real nos traços gerais, tendo apenas sido simplificado. Conclusões similares num caso de homicídio foram referidas por Sousa (1992). Uma maior radicalidade nas sentenças de especialistas está em consonância com os dados apresentados por Myers (1988), Tesser e Leone (1977), por um lado, mas em desacordo com o Efeito da Complexidade-Extremismo de Linville (1985). Estes dados sugerem possíveis diferenças e desvios no tratamento de informação. A este respeito, os processos de memória, nomeadamente a recordação da evidência, poderão ser úteis. Poder-se-ia esperar, das publicações acerca da cognição social, que os especialistas se centrem em toda a informação disponível, apresentando hipóteses alternativas (cf. Fiske e outros, 1983; King e outros, 1985).

Também as inferências parecem diferir segundo o estatuto social do arguido. Neste estudo, apesar da irrelevância do efeito principal do estatuto social da arguida, o acto criminoso da arguida proveniente de meio social elevado sugeriu um maior grau de premeditação e culpa. Tal está de acordo com o espírito do Código Penal português, segundo o qual os indivíduos de estatuto social mais favorecido deveriam ser mais sensíveis às necessidades das crianças, uma vez que os que provêm de classes sociais mais desfavorecidas carecem de informação e pertencem a grupos privados de recursos sociais e culturais.

Por último, não deixa de ser problemático o facto de os sujeitos perceberem a intenção dolosa apesar de a síntese dos factos indicar que não ficou provado que a arguida tenha agido com intenção dolosa. A hipótese de que a manipulação não resultou deveria ser ignorada. Um estudo de Sousa, Martins e Fonseca (no prelo) apresentou conclusões similares. Do ponto de vista do tratamento de informação, por um lado, não é conclusivo se isto resulta de uma codificação ou do mecanismo de recuperação da informação em memória. Do ponto de vista da aplicação da justiça, por outro, sugere desigualdade. Assim, a questão será: "quando é que no processo de decisão se observam as diferenças?". Dado que a intenção percebida na arguida varia em função da perícia do decisor, e em menor grau da interacção entre perícia e estatuto social desfavorecido da arguida, a questão reside no facto de alguns arguidos poderem mais facilmente desencadear estratégias de confirmação da sua conduta danosa do que outros.

Um segundo estudo foi realizado no sentido de se aprofundar esta questão. Neste, apenas participaram especialistas.

## **Estudo 2: Maus tratos de menores, processamento de informação e processo de elaboração de sentenças**

### *Apresentação geral do estudo*

A 2ª experiência alargou o âmbito do estudo prévio na medida em que se manipulou a intenção dolosa da arguida. Os sujeitos foram colocados perante o mesmo caso hipotético de maus tratos de menor, cometido por uma arguida de status elevado ou de status baixo. A acusação incluía intenção dolosa ou indicava não se ter confirmado que a arguida tivesse agido com intenção. O objectivo consistia em formar uma ideia àcerca do caso. Seguidamente, os sujeitos receberam uma tarefa com o intuito de os distrair do caso. Depois, pedia-se-lhes que se recordassem, livremente, de toda a informação possível e tomassem uma decisão. Tal como no primeiro estudo, foram apresentados os artigos do Código Penal que potencialmente configuram a conduta danosa.

Três medidas derivaram dos protocolos de memória dos sujeitos: número de itens recordados correctamente, número de falsas recognições (em consonância com os estímulos fornecidos) e número de erros.

### *Método*

*Sujeitos:* Sessenta indivíduos de ambos os sexos com formação em Direito e experiência de tribunais.

*Procedimento:* Similar ao Estudo 1.

### *Resultados*

*Recordação:* A nossa primeira análise centrou-se na performance da memória dos sujeitos em função do estatuto social da arguida e intenção dolosa. Encontraram-se diferenças na recordação apenas em função do estatuto social da arguida (K-W  $X^2$  corrigido = 9.21, p.002). A recordação foi inferior na condição de estatuto social favorecida. Ainda que não significativo, este foi especialmente o caso quando não havia sido provado que a arguida tinha agido com intenção dolosa.

*Falsos reconhecimentos:* Nenhum efeito significativo surgiu em função dos factores considerados.

*Erros:* Um interessante padrão revelou-se nesta análise. Utilizando um teste binomial não se encontraram quaisquer diferenças. Contudo, surgiram diferenças quanto ao estatuto social quando se consideraram frequências de erros (K-W  $X^2$  corrigido = 4.65, p=.03). Isto significa que se os especialistas não diferem em termos de cometer ou não um erro, diferem quando se toma em consideração o número de erros. Estes cometem mais erros quando o arguido é de condição social favorecida.

A questão interessante será, então, "que tipo de erros cometem os indivíduos?".

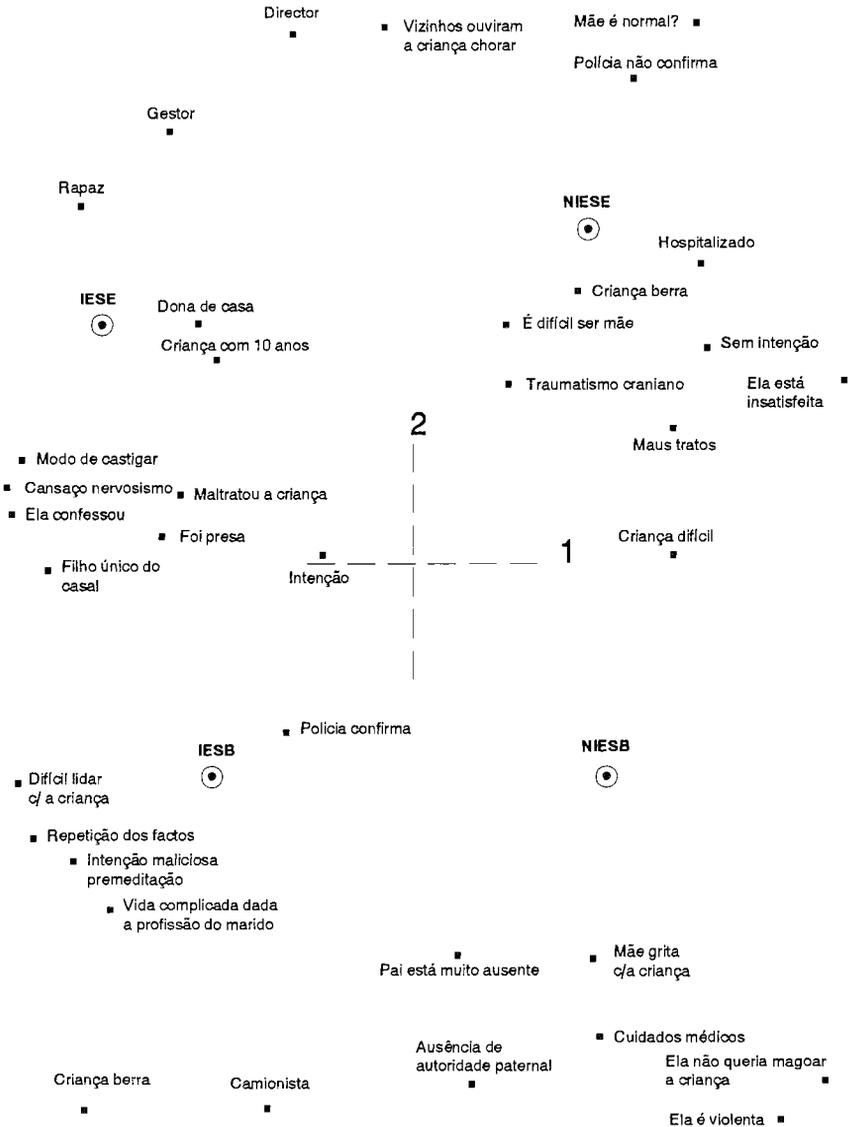


Figura 1

*Inferências:* A recordação espontânea (tal como foi apresentada nas respostas livres) foi analisada numa análise de Benzécri tomando como variáveis o estatuto (elevado vs baixo) e a intenção dolosa (sim vs não).

A Análise Factorial de Correspondências é uma técnica utilizada para explorar uma estrutura de dados nominais através de manipulações matemáticas complexas. Esta análise quantifica dados nominais numa tabela que cruza colunas e linhas, com o objectivo de maximizar a discriminação simultânea entre colunas e linhas. Dois factores emergiram com significância, explicando cerca de 80% (T1= 45% ; T2=35%) da variância da matriz.

Observando a Fig.1, podemos notar que a manipulação experimental da intenção foi correctamente percebida. A "intenção" é colocada entre as duas condições de intenção (parte esquerda da Fig.1), enquanto que a "não intenção" se relaciona com as duas condições de não-intenção (parte direita da Fig.1). Isto significa que os sujeitos recordaram esta informação.

O segundo eixo opõe o estatuto elevado do arguido ao estatuto baixo. Se a memória é correcta no caso de "a polícia confirma", em relação ao estatuto social baixo - nomeadamente a condição "intenção" (IESB)- , o mesmo não sucede no caso do arguido de estatuto social elevado - condição de intenção (IESE)-: "a polícia não confirma os factos.

As inferências realizadas no caso da não-intenção na arguida de estatuto social elevado podem ser entendidas como uma justificação da re-interpretação da prova. Isto leva-nos a um segundo aspecto, referente às atribuições dos sujeitos. Na condição "não-intenção" da arguida de estatuto social elevado, os sujeitos consideraram o desvio da personalidade da figura materna - "será a mãe normal?" - enquanto expressavam dúvidas quanto à veracidade da prova. Tal não é o caso na condição "intenção" da arguida de estatuto social elevado. Neste caso, os sujeitos associaram os maus tratos da criança a formas de punição. Ao invés, no caso da arguida de baixo estatuto social os maus tratos de menores são atribuídos a factores sociais relacionados com um meio social desfavorecido.

*O processo de decisão judicial:* O primeiro aspecto a ressaltar é de que os erros cometidos referiram-se a tópicos fundamentais, tais como "a polícia não confirmou os factos no caso da arguida de elevado estatuto social. Já na situação que envolveu uma arguida de baixo estatuto social, a informação foi interpretada de forma correcta. Neste caso concreto, foi referida a "não-intenção" da arguida, apesar da existência de prova quanto à intenção. Os sujeitos interpretaram os maus tratos infligidos em meio social defavorecido como "não-intenção". As inferências acerca deste caso poderiam ser encaradas como justificação da sua re-interpretação da prova. Esta circunstância leva-nos ao segundo aspecto. No caso da inexistência de intenção da arguida de elevado estatuto social, os sujeitos consideraram o desvio de personalidade da figura materna, expressando dúvidas quanto à veracidade da prova. Tal não será o caso da intenção num estatuto social elevado. Neste, os sujeitos associam os maus tratos infligidos a formas de punição. No caso anterior,

pelo contrário, os maus tratos são atribuídos a factores sociais relacionados com o baixo estatuto social.

*O processo de tomada de decisão. Tipo, modalidades e quantum da pena:* O veredicto relativo ao tipo diferiu em função do estatuto social da arguida (K-W  $X^2$  corrigido = 28.71 ,  $p=.000$ ). Os decisores consideraram não existir provas suficientes para acusar a arguida proveniente de um meio social favorecido (ver Fig. 2), particularmente na condição intenção dolosa. No caso de estatuto social elevado - inexistência de intenção - os sujeitos diferiram em termos de punição leve, severa ou considerar que não existiu prova suficiente para acusar o arguido. Curiosamente, tal não sucedeu no caso de estatuto social baixo, punindo tanto na condição "intenção" como na de "não-intenção".

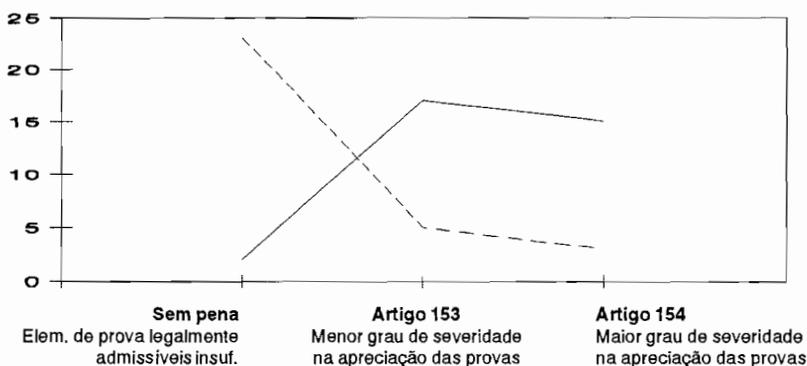


Figura 2

### Discussão

Este estudo ilustra o facto de os indivíduos classificarem os "outros" a partir do momento em que encontram informação suficiente para lhes conferir uma categoria social significativa: camionista vs homem de negócios. Desta forma, estão em consonância com a produção literária em matéria de estereótipos cognitivos. Curiosamente, este estudo demonstra que a prova, apesar de poder ser recordada de forma correcta (ex., intenção), pode não ser tomada em consideração para futuras avaliações. Poder-se-ia considerar que os sujeitos re-avaliam a prova de forma a adequá-la a categorias sociais pré-estabelecidas. Esta ideia vai de encontro às perspectivas de Fiske e Neuberg (1990) relativamente a estratégias de tratamento de informação. Mais, este estudo sugere que as variáveis sociais podem constituir uma determinante poderosa do veredicto.

## Discussão geral e conclusões

O estudo 1, apesar dos diferentes níveis de confiança, ilustra processos similares de decisão judicial em especialistas e leigos. Sugeriu, ainda, um tratamento de informação susceptível de desvios, de acordo com o estatuto social do arguido. O estudo 2, por seu lado, demonstrou que a informação pode ser processada de forma correcta e, ainda assim, não ser utilizada no processo de decisão. Mais, ilustrou diferenças de tratamento do arguido em função da pertença a categorias sociais. Estas conclusões colocam problemas.

Por um lado, colocam um problema aos sócio-cognitivistas. O processo de decisão de especialistas no campo legal, ao contrário do que certos investigadores postulam (Fiske e outros, 1983 por exemplo), não é mais eficiente do que o dos leigos. A especialização, definida em termos de experiência e conhecimento num determinado campo, poderá não ser importante. As razões subjacentes a esta circunstância deverão ser abordadas pelos investigadores. O facto de a informação incongruente com eventuais expectativas ter sido recordada não implicou a sua utilização. Com efeito, o seu impacto no processo de decisão foi nulo. Tal sugere que os indivíduos podem agir frequentemente de forma automática (cf. Higgins e Bargh, 1987). Nesta linha, poder-se-á pensar que a questão que se coloca aos indivíduos, quando encontram traços incongruentes, é de procurar manter os seus recursos e esforço cognitivo ao mais baixo nível. Dada a sensibilidade dos especialistas à não confirmação da prova, poderão ser colocados perante um dilema maior: transpôr o tratamento de informação para um nível mais profundo (tratamento controlado) ou enfrentar adequada e rapidamente as necessidades do meio, com o menor esforço possível no mais longo período de tempo. Em ambos os estudos, os resultados acerca do grau de confiança no processo de decisão são interessantes.

Os especialistas parecem menos seguros do que os leigos. Tal vai de encontro à produção em matéria de conhecimento epistemológico, nomeadamente ao modelo de desenvolvimento de King e outros (1983, 1985), segundo o qual os indivíduos, numa primeira fase, estão consideravelmente confiantes no seu ponto de vista; mais tarde, numa fase mais adiantada do desenvolvimento epistémico, tornam-se menos confiantes. Com efeito, no nosso estudo os especialistas foram mais sensíveis à prova apresentada. No entanto, as contradições a nível de cognições não foram expressas na decisão quanto ao veredicto. De acordo com Jones e McGillis (1976), poder-se-ia pensar que as inconsistências atingiram tal nível que o valor do conhecimento foi questionado. Será que não estamos perante uma estratégia de dispêndio de esforço mínimo?

Por último, a similaridade entre especialistas e leigos sugere forte adequação das decisões legais às expectativas da comunidade. A questão que se colocará então é, "será isto justo?". Mais, esta similitude poderá contribuir para a explicação do estado actual da situação. Independentemente do grau de experiência em matéria judiciária, o campo cognitivo dos indivíduos assimila aspectos exteriores à prova, por exemplo o baixo estatuto social, que influenciam tanto impressões futuras

à cerca do objecto, quanto às próprias decisões. Assim, neste caso, não parece aplicar-se a ideia de que todos, na sequência da queixa crime apresentada, têm direito a ser julgados por um tribunal imparcial e independente e em audiência pública, tendo asseguradas as garantias de defesa. Enquanto alguns arguidos são considerados inocentes até prova em contrário, outros são culpados desde logo. O primeiro estudo ilustrou a interpretação preconceituosa da prova, nomeadamente a intenção enquanto função do estatuto. Esta conclusão está de acordo com o ponto de vista empírico e teórico de Gibson (1987; 1983): os antecedentes sociais interferem indirectamente nas sentenças, determinando o peso que os juizes conferem aos critérios utilizados numa sentença (cf. também Myers, 1988). O segundo estudo ilustrou diferentes estratégias de informação em função do estatuto social do arguido. Com efeito, os especialistas recuperaram correctamente a informação referente à intencionalidade da conduta danosa. Contudo, nem sempre a utilizaram como base para a sua decisão. Assim, este estudo demonstra o carácter preconceituado da admissibilidade e utilização selectiva da prova. O mesmo facto pode corresponder a duas realidades diferentemente estruturadas (Heider, 1958). Os maus tratos objectivamente infligidos a menores poderão não passar, num caso, de uma questão de castigo severo, logo, socialmente legitimados. Noutro, poderá ser "a razão e a prova" para punir e condenar o cidadão de estatuto social baixo. Não será esta uma forma subtil de manter a crença numa criminalidade típica de um meio socialmente desfavorecido? As realidades guiam as nossas interacções (Heider, 1958; Thibaut e Kelley, 1959). No entanto, quando se toma em consideração o estatuto social, as consequências poderão ser bastante pesadas para aqueles que são culpados sem que a prova tenha sido inteiramente apreciada. Ao invés, aqueles que apresentam uma posição social favorecida desencadeiam decisões mais benevolentes dos tribunais. Não será esta a justiça que procuramos evitar e que muitas vezes apoiamos "espontaneamente"?

## Bibliografia

- ALBERNETHY, B., "Expert-novice differences in perception: How expert has the expert to be?", *Canadian Journal of Sport Sciences*, 14, 1989, 27-30.
- ADELSON, B., "Problem solving and the development of abstract categories in programming languages", *Memory and Cognition*, 9, 1981, 422-433.
- AXELROD, R., "The structure of public opinion on policy issues", *Public Opinion Quarterly*, 31, 1967-1968, 51-60.
- BENZÉCRI, J.-P. *L'Analyse des données: L'analyse de correspondances*, Paris, Dunod, 1973.
- BISHOP, G. D., HAMILTON, D. L. & MACCONAHAY, J. B., "Attitudes and nonattitudes in the belief systems of mass publics: a field study", *Journal of Social Psychology*, 110, 1980., 53-64
- BORGIDA, E. & DeBONO, K. G., "Social Hypothesis testing and the role of expertise", *Personality and Social Psychology Bulletin*, 15, 1989, 212-221.
- BYNUM, T. & PATERNOSTER, R., "Discrimination revisited: an exploration of frontstage and backstage criminal justice decision making", *Sociology and Social Research*, 69, 1984, 90-108.
- CHASE, W. G. & SIMON, H. A., "Perception in chess". *Cognitive Psychology*, 4, 1973, 55-81 F.
- CHI, M.T.H. & KOESKE, R., "Network representation of a child's dinosaur knowledge", *Developmental Psychology*, 19, 1983, 29-39.

- CHI, M.T.H., FELTOVICH, P.J. & GLASER, R., "Categorization and representation of physics problems by experts and novices", *Cognitive science*, 5, 1981, 121-152.
- CONVERSE, P.E., "The nature of belief systems in the mass public", in D.E.Apter (ed.), *Ideology and Discontent*, New York, Academic Press, 1964.
- DAWSON, V.L., ZEITZ, C.M. & WRIGHT, J.C., "Expert-novice differences in person perception: evidence of experts' sensitivities to the organization of behavior", *Social Cognition*, 7, 1989, 1-30.
- EINHORN, H.J. "Expert measurement and mechanical combination", *Organizational Behavior and Human Performance*, 7, 1972, 86-106.
- EINHORN, H.J. & HOGARTH, R.M., "Confidence in judgement: persistence of the illusion of validity", *Psychology Review*, 85, 1978, 395-416.
- ELSTEIN, A.S., SHULMAN, L.S. e SPRAFKA, S.A., *Medical problem solving*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1978.
- ENGLE, R.W. e BUKSTEL, L., "Memory processes among bridge players of differing expertise", *American Journal of Psychology*, 91, 1978, 673-689.
- ESKOLA, A., *When social facts are mistaken for personality*, Paper presented at the Scandinavian medium-size meeting on personality and social processes, Espoo, 1989.
- FISKE, S.T. e KINDER, D.R., "Involvement, expertise and schema use: evidence from political cognition. In N. Cantor e J. Kihlstrom (eds), *Personality, cognition and social interaction*, Hillsdale, N.J. Lawrence Erlbaum, 1981.
- FISKE, S.T., KINDER, D.R., LARTER, W.M., "The novice and the expert: knowledge-based strategies in political cognition", *Journal of Experimental Social Psychology*, 19, 1983, 381-400.
- FISKE, S.T. e NEUBERG, S., "A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: influences of information and motivation on attention and interpretation", in M. Zanna (ed.) *Advances in Experimental Social Psychology*, Academic Press, Ca, 1990.
- GIBSON, J.L., "Judges' role orientations, attitudes and decisions: an interactive model", *American Political Science Review*, 72, 1978, 911-924.
- GIBSON, J.L., "From simplicity to complexity: the development of theory in the study of judicial behavior", *Political Behavior*, 5, 1983, 7-50.
- GRUBER, H. e STRUBE, G., "Zweierlei Experten: problemisten, partiespieler und novizen beim lösen von schachproblemen", *Sprache und Kognition*, 8, 1989, 72-85.
- HARRÉ, R., *On social being*. Totowa, N.J., Littlefield, Adams & Co, 1980.
- HEIDER, F., *The Psychology of Interpersonal Relations*, N.Y., Wiley., 1958
- HIGGINS, E.T., e BARGH, J.A., "Social cognition and social perception", *Annual Review of Psychology*, 38, 1987, 369-426.
- HILLERBRAND, E. e CLAYBORN, C., "Examining reasoning skill differences between expert and novice counselors", *Journal of Counseling and Development*, 68, 1990, 684-691.
- HINSLEY, D.A., HAYS, J.R. e SIMON, H.A., "From words to equations: meaning and representation in algebra word problems", in M.A.JUST & P.S.CARPENTER (eds), *Cognitive processes in comprehension*, Hillsdale, N.J. Lawrence Erlbaum, 1977.
- HIRT, W. e SHERMAN, S., "The role of prior knowledge in explaining hypothetical events", *Journal of Experimental Social Psychology*, 21, 1985, 519-543.
- HORGAN, D., MILLIS, K. e NEIMEYER, R., "Cognitive reorganization and the development of chess expertise", *Internacional Journal of Personal Construct Psychology*, 2, 1989, 15-36.
- JONES, E. e MCGILLIS, D., "Correspondent inferences and the attribution cube: a comparative reappraisal.", in J. HARVEY, W.ICKES E KIDD (eds) *New Directions in Attribution Research* (vol. 1), Lawrence Erlbaum, N.J., 1976.
- JOHNSON, P.E., HASSEBROCK, F., DURAN, A.S. e MOLLER, J.H., "Multimethod study of clinical judgement", *Organizational Behavior and human Performance*, 30, 1982, 201-230.
- JUDD, C.M. e MILBURN, M.A., "The structure of attitude systems in the general public: comparisons of a structural equation model", *American Sociological Review*, 45, 1980, 627-643.
- KING, P.M., KITCHENER, K.S., DAVIDSON, M.L., PARKER, C.A. e WOOD, P.K., "The justification of beliefs in young adults: a longitudinal study", *Human Development*, 26, 1983, 106-116.
- KING, P.M., KITCHENER, K.S. e WOOD, P.K., "The development of intellectual character: a longitudinal sequential study of intellectual and moral development in young adults", *Moral Forum*, 1985, 1-13.

- KRITZER, H.M., "Political correlates of the behavior of federal district judges: a "best case" analysis", *Journal of Politics*, 40, 1978, 25-58.
- LARKIN, J., McDERMOTT, J., SIMON, D.P. e SIMON, H.A., "Expert and novice performance in solving physics problems", *Science*, 208, 1980, 1335-1342.
- LEACH, C., *Decision making of male and female state and federal judges*, Fifth Annual Conference of the International Association for Conflict Management, Minneapolis/St. Paul, 1992.
- LEINHARDT, G., "Math lessons: a contrast of novice and expert competence", *Journal of Research in Mathematics Education*, 20, 1989, 52-75.
- LEYENS, J.-Ph., *Sommes-nous Tous des Psychologues?*, Bruxelles, Mardaga, 1983.
- LINVILLE, P., "The complexity-extremity effect and age-based stereotyping", *Journal of Personality and Social Psychology*, 42 1982., 193-211,
- LINVILLE, P., "Self-complexity and affective extremity: don't put all your eggs in one cognitive basket", *Social Cognition*, 3, 1985, 94-120.
- LINVILLE, P. e JONES, E.E., "Polarized appraisal of out-group members", *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 1980, 689-703..
- LUSK, C.M. e JUDD, C.M., "Political expertise and the structural mediators of candidate evaluations", *Journal of Experimental Social Psychology*, 24, 1989, 105-126.
- McPHERSON, S. e THOMAS, J., "Relation of knowledge and performance in boys' tennis: age and expertise", *Journal of Experimental Child Psychology*, 48, 1989, 190-211.
- MURPHY, G.L. e WRIGHT, J.C., "Changes in conceptual structure with expertise: differences between real world experts and novices", *Learning, Memory & Cognition*, 10, 1984, 144-155.
- MYERS, M., "Social background and the sentencing behavior of judges", *Criminology*, 26, 649-675.
- NAGEL, S., "Judicial backgrounds and criminal cases", *Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science*, 53, 1962, 333-339.
- NIE, N.H. e ANDERSON, K., "Mass belief systems revisited: Political change and attitude structure", *Journal of Politics*, 36, 1974, 540-587.
- NEVES, D.M. e ANDERSON, J.R., *Knowledge compilation: mechanisms for the automatization of cognitive skills and their acquisition*, Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum, 1981.
- OSKAMP, S., "Overconfidence in case-study judgements", *Journal of Consulting Psychology*, 29, 1965, 261-265.
- PATEL, V., GROEN, G. e AROCHA, J., "Medical expertise as a function of task difficulty", *Memory and Cognition*, 18, 1990, 394-406.
- PERRY, W.G. Jr., *Forms of intellectual and ethical development in college years: a scheme*, New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- PETKOVA, K., BAKALOV, D. e HADJIIVANOV, L., "Scientific discovery through the eyes of the scientists: an attributional analysis", Paper presented at the First European Small Groups on Social Cognition, Munique, 1990.
- PITTIRLÄ-BACKMAN, A.M., *Critical elements in the development of mature epistemic assumptions: some preliminary results*, Paper Presented at the International Society for the Study of Behavioral Development, IX Biannual Meetings, Tokyo, 1987.
- PITTIRLÄ-BACKMAN, A.M., *Shared and less shared dimensions of epistemic representations: a demonstration of a need for theoretical refinement*, Paper Presented at the International Congress of Psychology, Sydney, 1988.
- PITTIRLÄ-BACKMAN, A.M., *The social psychology of knowledge reassessed*, Paper prepared for the Scandinavian medium-size meeting on personality and social processes, Espoo, 1989.
- ROSENBERG, S. e SEDLACK, A., "Structural representations of implicit personality theory", in L.BEKOWITZ (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 6, New York, Academic Press, 1972.
- RYBACK, D., "Confidence and accuracy as a function of experience in judgement-making in the absence of systematic feedback", *Perceptual and Motor Skills*, 24, 1967, 331-334.
- SOUSA, E., *Psychologie différentielle des sexes*, 1988.
- SOUSA, E., "Lay versus scientific knowledge: the value of a dichotomy", *European Cognitive Bulletin*, 11, 1991, 307-321.
- SOUSA, E., *Social information processing and legal issues.*, Fifth Annual Conference of the International Association for Conflict Management, Minneapolis/St Paul, 1992.

- SOUSA, E.S., MARTINS, A. e FONSECA, A. , "The social construction of child abuse (A construção social dos maus tratos)", *Análise Psicológica*, número especial sobre psicologia forense, no prelo.
- TESSER, A. e LEONE, C., "Cognitive schemas and thought as determinants of attitude change", *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 1977, 340-356.